



## **As aproximações ideológicas entre as origens do pensamento conservador elitista e o processo de impeachment de Dilma Rousseff<sup>1</sup>**

Giane Maria de Souza<sup>2</sup>

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira – ou como os países se deixam manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

\* \* \*

Jesse de Souza é um dos principais cientistas sociais brasileiros da atualidade. Graduado em direito, mestre em sociologia pela UNB e doutor pela Universidade de Heidelberg. Possui pós-doutorado em psicanálise e filosofia na New School for Social Research em Nova Iorque e uma trajetória acadêmica de pesquisas sobre classes e desigualdades sociais no Brasil. É professor titular de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e foi presidente do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA).

Em 2015 publicou *A tolice da inteligência brasileira – ou como os países se deixam manipular pela elite*, pela editora LeYa de São Paulo. Este livro polêmico pode ser considerado uma espécie de análise de conjuntura do que iria se concretizar em 2016. A obra de Jessé de Souza, quando lançada, não apresentava o *impeachment* como foco central de análise, mas uma tentativa de interpretação das chamadas “Jornadas de Junho” de 2013. Com intuito de articular o fenômeno das jornadas com a suposta (re) organização do pensamento conservador brasileiro, Souza dividiu sua obra em quatro partes constituintes, perfazendo a discussão clássica da teoria política e sociológica, para entender a estrutura do embasamento ideológico das elites.

---

<sup>1</sup> Recebido em: 19 de dezembro de 2016. Aceito para publicação em: 25 de janeiro de 2017.

<sup>2</sup> Historiadora, mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Especialista em República, Movimentos Sociais e Democracia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra a Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Cultura no Mundo Contemporâneo do PPGH/UFSC. E-mail: gianehist@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4500562741589471>.



A primeira parte do livro de Jessé de Souza foi dividida em seis capítulos. Abre com um debate clássico no primeiro capítulo: *A falsa ciência* – no qual o autor argumenta de como a teoria de Max Weber foi apropriada no Brasil no início do século XX para compor a lógica de um “racismo científico” na criação do sujeito moderno.

No segundo capítulo: *Um teatro de espelhos do patrimonialismo brasileiro* – o autor revela a existência de um racismo inserido no culturalismo científico nacional. Este racismo pode ser percebido no pensamento de Gilberto Freyre a partir das relações patrimonialistas de favor e proteção, que demarcam uma hierarquização social e racial da sociedade. Por conseguinte, a celebração do encontro e miscigenação de raças, advogada por Freyre, criou a valoração positiva da brasilidade. Para Souza essa singularidade miscigenatória foi trabalhada por Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ao balizarem o ideal de uma sociedade pré-moderna dominada pela emotividade e impessoalidade.

A afetividade e o cordialismo foram patenteados, dessa forma, como uma peculiaridade nacional que regem as relações políticas e sociais. Tudo para os amigos e nada para os inimigos. Assim, se forjou a naturalização do clientelismo como estratégia de poder dentro de um estado patrimonialista formado por uma elite corrupta. Esse legado “maldito” foi eternizado no pensamento social brasileiro, de um lado, um estado parasitário, clientelista, e de outro, um mercado virtuoso vítima das consequências da corrupção estatal.

No terceiro capítulo: *Cordial e colonizado até o osso* - Souza reitera que se Freyre criou a versão mais convincente do mito nacional, ou seja, da democracia racial, coube a Sergio Buarque de Holanda sistematizar o estoque de ideias e de representações sociais que deram o poder de convencimento ao culturalismo liberal e conservador do Brasil. Buarque confrontou as duas abstrações: a de homem cordial e do protestante ascético. E fundou a tradição de uma ideologia colonizada até o osso, patenteada no legado português das raízes nacionais, herdamos os vícios dos nossos colonizadores.

Souza insere Bourdieu nesse debate para discutir a violência simbólica e ideológica que se legitimou a partir de Freyre e Buarque, a construção de uma identidade desigual fática. Se o pensamento conservador partiu da meritocracia do protestante ascético, racional e democrático para a negação do homem cordial e irracional, o racismo culturalista legitimou as explicações hierárquicas a partir dos estoques culturais como causas da desigualdade entre



indivíduos e nações. Uma visão teleológica foi incorporada ao pensamento conservador, como conduta de ação: você deve merecer o que ganha, e nesse caso, os pobres, obviamente, não se esforçam para fazer jus ao sucesso econômico e social que a classe média geralmente conquista com esforço.

O racismo culturalista seria a base do pensamento liberal conservador, com seus cinco pressupostos difundidos no pensamento social brasileiro: 1) idealização dos Estados Unidos como "paraíso na terra", justiça social e igualdade de oportunidades; 2) o homem cordial brasileiro, emotivo, prisioneiro das paixões do corpo e moralmente inferior, um ser genérico; 3) a criação de um amálgama institucional do "homem cordial" na noção de "patrimonialismo"; 4) a criação de um caminho alternativo e universalizável para a nação: um antiestatismo sob a condução dos interesses de mercado; 5) a construção de uma ideologia antipopular, concebida como crítica ao populismo, equivalente a um "racismo de classe" que perpassa por todas as camadas sociais.

No quarto capítulo: *Donos do poder* - Souza problematiza Raimundo Faoro e suas análises desenvolvimentistas do mercado como base para o capitalismo e a democracia. O debate sobre o estamento burocrático e as situações de instabilidade problematiza a dialética do constante desaparecimento/aparecimento da realidade estamental na estrutura de classes da sociedade brasileira. O que fazer quando o estado é o maior dilapidador dos cofres públicos? E quando o estado é o tributário de uma elite parasitária incrustada historicamente nas suas entranhas?

Para trabalhar respostas possíveis a essas questões, no quinto capítulo: *O jeitinho brasileiro* - Souza problematiza as banalidades teóricas desse culturalismo conservador, a partir de Roberto DaMatta. O autor considera cultura como uma apreensão ingênua de um processo inconsciente de intencionalidade individual a partir de um culturalismo personalista, de práticas e ritos cotidianos por meio de autoimagens projetadas de como o brasileiro supostamente se vê.

Souza classifica o método damattiano como estrutural com duas categorias de análise: 1) indivíduo; b) pessoa. Uma formação dualista e constitutiva do indivíduo pelo seu contrário, a pessoa, que para Damatta se definiria pela questão relacional de parentesco, compadrio, amizades que marcariam trocas de interesses e favores dentro da sociedade. Já o



indivíduo está inserido numa contiguidade de leis em macroprocessos econômicos e políticos. No cotidiano, segundo esta teoria, se forjam os usos e costumes da tradição familiarística da domesticidade. Damatta trabalha numa gramática para superar esse dualismo entre os espaços da casa e da rua, do espaço privado e público.

No capítulo sexto: *O patrimonialismo mostra a que veio* – Souza denuncia como o liberalismo e o racismo, se apresentam no trabalho de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza. Patrocinada pela Confederação das Indústrias, esta pesquisa, resultou na publicação “A classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade”. Souza questiona esta obra, quando insere o tema da sustentabilidade para construir argumentos sobre o surgimento da nova classe média. Os autores discutem a corrupção do estado sem refletir sobre o protagonismo do mercado como corruptor. A tese do patrimonialismo é novamente revisitada. Segundo os autores, a corrupção e os mecanismos de controle são debatidos pela classe média emergente, porque o eleitor de Lula seria um indivíduo menos interessado e desatento aos problemas do país.

O livro inicia sua segunda parte com o primeiro capítulo: *Nada além do bolso* – no qual Souza apresenta um casamento conflituoso entre liberalismo e o marxismo economicista. A partir de George Simmel traça um debate sobre o pressuposto de cientificidade e o economicismo, com suas bases quantificáveis. Refaz a provocação inicial desenvolvida na primeira parte do livro sobre o culturalismo e o liberalismo conservador, como a perspectiva de trabalhar a cultura enquanto estoque cultural, com reservatórios de confiança e *accountability*.

No segundo capítulo: *O economicismo como “cegueira” da dimensão simbólica do capitalismo* - Souza mencionou a “Formação do Brasil” (1942), de Caio Prado Junior e comparou as influências da Comissão para América Latina e Caribe (Cepal) na década de 1950 e a obra de Celso Furtado para a formação do pensamento social brasileiro. O debate de Souza com esses autores perpassa por uma análise das relações de subordinação e dependência do capital internacional no Brasil. Estabelece, enfim, um debate crítico com Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. Observa que Florestan produziu um trabalho clássico sobre capitalismo, luta de classes e desenvolvimento. Por conseguinte, Oliveira promoveu críticas à razão dualística, como um acerto de contas com a Cepal, na lógica do capitalismo transitório e subdesenvolvido. Essas duas visões, para um contexto internacional



seriam pressupostos ingênuos para Souza. Porque a industrialização não se limita a um modelo de excedente. O economicismo cego não percebe a dimensão simbólica dos pressupostos jurídicos, políticos, morais e emocionais nas teorias desenvolvimentistas. E o marxismo possui limitações de abordagem, por isso, está muito próximo do liberalismo conservador.

No terceiro capítulo: *Da Ralé a Revolução Burguesa* - Souza discorre sobre as análises de Florestan Fernandes, o sociólogo que de fato saiu da sociologia espontânea para uma análise científica. De acordo com Souza, sua obra clássica “A Revolução Burguesa no Brasil” rompeu, definitivamente, com a sociologia do senso comum.

Dessa forma, para Florestan, a constituição de um estado nacional quebrou o pacto colonial com a estruturação e implantação do capitalismo no Brasil. O rompimento do estatuto do pacto colonial, como o envio das riquezas para a metrópole e o não desenvolvimento de um mercado interno, fez com que o liberalismo passasse a funcionar como uma espécie de visão de mundo galvanizadora. Para ele, a garantia de uma gramática mínima para o estado moderno funcionar, fez com que os fazendeiros paulistas se tornassem os herdeiros do bandeirismo. Os pioneiros, desbravadores, os verdadeiros agentes modernizadores do País. No entanto, Souza adverte que Florestan, adentrou na lógica do patrimonialismo, não na versão culturalista de sociedade, mas na economicista. Em “A integração do negro na sociedade de classes” o sociólogo demonstra a transição da ordem escravocrata para a ordem competitiva do mercado “livre” e os antagonismos desse processo.

Na terceira parte do livro, no primeiro capítulo: *Contribuição à inteligência brasileira*, Souza debate a teoria crítica na atualidade. Para isso, denunciou os mecanismos de legitimação científica de dominação, desse “planeta verde amarelo”. O culturalismo conservador necessita de mitos nacionais para sobreviver, por meio das hierarquias valorativas e mecanismos classificatórios disseminados na sociedade. Uma violência simbólica estrutura uma hierarquia meritocrática e coloca os pobres de um lado e os ricos de outro. Periferia e centro são novamente aqui evocados. Souza refaz a análise do culturalismo conservador e problematiza que a interpretação damattiana do Brasil é a mesma de Niklas Luhmann na Alemanha, ou seja, racismo disfarçado de culturalismo. Assim, a existência de redes de relacionamento individuais põe a corrupção como um caso de endemia e os deslizamentos individuais como inevitáveis. A superioridade racial é maior em sociedades avançadas,



porque, sociedades corruptas formam povos corruptos. A corrupção é enfim, abordada como um legado cultural.

No segundo capítulo: *A miséria deles e a nossa* - Souza propõe repensar a questão simbólica do capitalismo com Bourdieu, a partir da teoria dos capitais. A noção de capital humano, cultural e simbólico é utilizada pela classe média para naturalizar a desigualdade social, justificada pela meritocracia. Nesta lógica, o capital social interfere diretamente nas relações pessoais para o desenvolvimento ou não do sucesso individual. O processo social de apropriação dos capitais impessoais cria à opacidade teórica de invisibilizar a desigualdade. No Brasil é aceitável uma cruzada judicial contra a corrupção, a exemplo, da Operação Lava Jato. Porém, uma política pública de combate à pobreza e desigualdade social encontra animosidades. Além de Bourdieu, Souza debate com Norbert Elias a instrumentalização do superego como aprendizado moral, pois, a dimensão moral torna-se pedagógica para encobrir ou disseminar determinados assuntos e a competição social torna-se instrumento de competição pacífica.

No terceiro capítulo: *Tão longe, tão perto* - Souza aproxima o que há de comum entre as sociedades periféricas e avançadas. Se o mundo social legitimou a dimensão simbólica da racionalidade, esta estará em disputa com os valores subjetivos e emocionais periféricos. Existe uma ilusão objetiva da consciência moderna, que segundo o sociólogo Georg Simmel, perpassa pela “economia do dinheiro”. Desta forma, as quantidades e quantificações sobrepõem-se as qualidades sociais.

No quarto capítulo: *Existe algo de comum na reprodução simbólica das sociedades modernas?* - Souza coloca uma interrogação para o leitor, que ele próprio pretende responder no desenvolvimento de sua teoria sobre a formação do pensamento conservador brasileiro. O autor recorre a Charles Taylor e Axel Honnet para trabalhar a ideia de uma teoria de reconhecimento social. Segundo Souza, há no Brasil uma relação hierárquica valorativa de definição dos iguais e dos diferentes como uma espécie de signos sociais opacos.

Um subjetivismo ético de valoração moral, podem ser definidas em três passos inter-relacionados: 1) reconstrução histórica e institucional por meio de fontes morais; 2) Realidade concreta e empírica sofismável; 3) Existência de uma fronteira entre a dignidade humana e a tese da distinção quantitativa. A noção de *self* pontual nas relações humanas. Todos passam a definir atividades superiores e importantes, há um potencial equalizador e igualitário, um princípio de dignidade cidadã. Suportes sociais e desvios, singularidades e direitos subjetivos,



em vez de honra pré-moderna, distinção e privilégio. A moralidade coloca-se como voz interna para a distinção social.

Souza reitera a partir de Foucault, que há uma disposição de reproduzir e sustentar uma visão de mundo constituída de corpos dóceis e produtivos. E que a opacidade é produzida pela microfísica do poder difuso. Uma rede tensa de relações e jogos de disposições que transforma a fragilidade em um mecanismo de submissão. Uma coerção externa, heteronômica e uma teatralização do poder atuante nesse mecanismo. Saber e poder agem na produção de uma sujeição voluntária. Destarte, o poder disciplinar e a reprodução do Estado e do mercado, operam numa espécie de dominação sutil como processos disciplinadores que promovem a impessoalidade, universalidade, apropriação violenta e custosa dos corpos.

A disciplina organiza o espaço analítico da política e da força de trabalho. A entronização do poder disciplinar interfere na noção de cidadania. A articulação da economia emocional de Pierre Bourdieu, com à hierarquia valorativa de Taylor, e a microfísica de poder de Foucault inferem sobre o problema da dignidade humana. Contudo, a questão central para Souza é de como as estruturas sociais se introjetaram nos sujeitos, dentro e fora do habitus. Com Bourdieu, Souza reflete o habitus como esquema de conduta e comportamento que gera práticas individuais e coletivas. O habitus naturalizado produz e reproduz a desigualdade social. Assim, a corporação ou incorporação dos sentidos, significados e esquemas avaliativos são reservatórios de valores. O corpo para Bourdieu é um campo de forças de uma hierarquia não expressa, na linha invisível da dignidade. O discurso do excluído serve para aquele que não incorporou a disciplina e o autocontrole como economia moral de dignidade. Naturalizamos a sociedade disciplinar, assim como, tornou-se natural, a ralé, os desclassificados que formam a base da pirâmide social.

E para ilustrar essa questão, Jessé cita o caso emblemático da criança que fita o quadro negro e não consegue aprender. Por uma série de fatores, fome, problemas familiares, inúmeras questões atingem a pobre criança cotidianamente. Isso são as marcas do abandono social. Da ralé aos batalhadores surgiu uma nova classe média. Um conceito relacional e meritocrático da ascensão social, como um neopentecostalismo brasileiro, percebido nessa emergência de classe. Aqueles que batalharam para chegar aonde chegaram, reforça a ideia do conservadorismo das elites. Os trabalhos sujos e pesados são para fracassados. Uma



hierarquia simbólica que divide e separa quem é digno de quem não é. Um complexo vira-lata que nos torna colonizados até os ossos.

Na quarta parte do livro *Conclusões para entender a crise atual* abre com o primeiro capítulo: *A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais e a pobreza no debate político* - Souza cita trabalhos de Márcio Pochmann e Marcelo Neri, no qual os economistas demonstram que na última década houve uma expansão do trabalho formal. Uma perspectiva concreta de 2 milhões de postos de trabalho abertos e uma diminuição da desigualdade social no Brasil com a implantação de programas sociais como o Bolsa Família. Isso, definitivamente, não se traduz na lógica da meritocracia do conservadorismo liberal. Além dos resultados que a pesquisa de Néri e Pochmann traz, Souza adverte, é preciso ir além do economicismo de investigação quantitativa. É preciso um estudo mais amplo de quem é essa ralé e os batalhadores do Brasil, e ir além do “especialista sem espírito” e do “hedonista sem coração” de Weber, para entender o estigma da indignidade. Não existe classe condenada para sempre.

No segundo capítulo: *As manifestações de junho e a cegueira política das classes*, Souza analisa as “Jornadas de junho” de 2013, manifestações anunciadas pela imprensa brasileira e internacional como a “primavera brasileira”. A classe média redescobre as ruas e a lógica do estado corrupto que atravanca o mercado virtuoso volta a fazer parte da agenda e das manifestações. Segundo Souza, a eleição de 2014 colocou novamente dois programas opostos em disputa e polarização. E em 2013 houve uma guinada ao conservadorismo político e uma cegueira coletiva, que condenou milhares de pessoas a viverem a sua indignidade “merecida” por uma elite amesquinhada que quer voltar ao poder.

No terceiro capítulo: *O golpismo de ontem e de hoje: considerações sobre o momento atual* – Souza evidenciou que a arquitetura do golpe iniciou antes de 2015, com as acusações do mensalão contra o Partido dos Trabalhadores. Novamente o discurso do estado corrupto contra um mercado virtuoso tornou-se pauta na imprensa. Souza, alerta que a classe média foi usada em todas as tentativas de golpe de estado, desde Vargas, Jango e Dilma. O jogo da pseudodemocracia estava arquitetado e o golpismo branco se avinhava desde 2015 com os órgãos de controle, judiciário e as elites apoiando a ideia do justicialismo, um “direito” moderno e neutro. Para Souza, 99% da população foram manipulados, em favor de um golpe que só beneficia 1% dos mais ricos.



Jessé de Souza nesse livro ligou uma metralhadora giratória e atirou contra diversas análises teóricas do pensamento sociológico brasileiro. Com algumas razões e outras inapropriações, sua obra reflete a formação conservadora da elite. Porém, destaca-se como análise de conjuntura, quando apresenta uma leitura das disputas do poder entre as elites conservadoras do País que se reflete no parlamento com suas bancadas dos três bs: do boi, da bala e da bíblia. Souza observou de dentro do governo, a conjuntura que se forjava e como a oposição organizou desde a eleição presidencial, um coro dissonante com ameaças reiteradas contra a Presidenta da República. Dilma não iria cumprir seu mandato até o final.

A “inspiração” que levou Jessé de Souza a publicar sua obra com um título provocativo e uma constatação sociológica trágica é a mesma que o faz rever e desler os clássicos citados e problematizados no seu texto. O que move teoricamente o pensamento da elite brasileira? Para Souza, ainda é a lógica do mercado virtuoso versus estado demonizado. O alimento do pensamento conservador promoveu o golpe antes e depois da eleição de 2014. A história, efetivamente não possui coincidências. Como weberiano, o autor possui legitimidade para apontar criticamente as apropriações do pensamento social político brasileiro sob a ótica das elites. O dia 17 de abril de 2016 ficará nas memórias da história da democracia como um golpe arquitetado pelas elites conservadoras no Brasil, como ontem e hoje.